

**MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO**

Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

Nova Friburgo - RJ

Processo Nº: 11996/23
Rubrica: @ Fls: 02**Relatório de Histórico de Andamento de Atividades****PROTOCOLO**

Identificador: caebd94a-efbe-4a94-86fa-3c7d96d14287

Protocolo: Processo Requerimento Nº 011996/2023

Data: 08/05/2023 13:50:11

Origem: GIGANTE PRODUTOS MEDICOS LTDA
*** contatos indisponíveis ***Contato: GIGANTE PRODUTOS MEDICOS LTDA
*** contatos indisponíveis ***

Protocolador: YURI BORHER MOREIRA DE SOUZA

Assunto: RECURSO - ANÁLISE DE PROCESSOS

Detalhamento: RECURSO

HISTÓRICO DAS ATIVIDADES

por ordem das atividades mais recentes

[versão completa](#)

Nº	Origem	Destino	Movimentação	Situação
1	Prefeitura Municipal de Nova Friburgo YURI BORHER MOREIRA DE SOUZA 08/05/2023 13:50:22	APOIO A COMISSAO DE PREGAO	Segue protocolo para as devidas providências.	Enviada

Pregão/Concorrência Eletrônica

▪ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

INTENÇÃO DE RECURSO:

Manifestamos intenção de recurso, pois a empresa vencedora da Coluna oftalmológica cotou modelo que não atende 100% o descritivo exigido para o item no edital, ferindo assim os Princípios da Isonomia, Eficiência, vinculação ao edital e da Legalidade, o que comprovaremos em nossa peça recursal.

Fechar

Pregão/Concorrência Eletrônica

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

AO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 09.196/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 039/2023

EXCELENTÍSSIMOS SR. PREGOEIRO MAYCO VIDEIRA SARTORIO E MEMBROS DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO.

Gigante Produtos Medicos Ltda, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.050.321/0001-17, com sede em Ribeirão Preto/SP na Rua Martins Pena, 63 - Campos Elíseos - CEP 14080-620, através de seu representante legal, vem mui respeitosamente apresentar RECURSO ADMINISTRATIVO pelo seguinte:

DA RECONSIDERAÇÃO DO ATO

A Sumula 473 do Supremo Tribunal Federal definiu que: "A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial."

Em face ao determinado preliminarmente no certame, sendo incorretamente declarada vencedora a empresa SENSEVIEW Comércio Equipamentos Médicos Ltda, ofertando em sua proposta para o item 14 - Coluna Oftalmológica modelo STYLE - Marca APRAMED, sendo que NÃO atende 100% a descrição do edital, conforme comprovaremos a seguir.

Para o item 14 é exigido:
IMAGEM

Vejamos o que foi ofertado para o item 14 pela empresa SENSEVIEW Comércio Equipamentos Médicos Ltda:

IMAGEM

Verifica-se que na proposta apresentada o equipamento possui somente 1 bandeja, quando o edital deixa claro que a coluna DEVE possuir "Dois braços com bandejas de apoio (uma em aço e uma revestida em fórmica)", ressalta-se ainda que na proposta apresentada não há qualquer menção que a coluna possui Controle dos movimentos da cadeira, tomadas auxiliares, e "fonte eletrônica para alimentação do oftalmoscópio e retinoscópio com seletor de tensão ajustável de aproximadamente 2,5V a 6,0V".

Em rápida pesquisa ao site do fabricante APRAMED através do link https://www.apramed.com.br/v4/produtos_detalhes.php?id=186 é possível confirmar que a coluna modelo Style NÃO atende as exigências do edital, vejamos:

1º - Quanto a exigência das "02 (duas) bandejas" e Controle dos movimentos da cadeira

IMAGEM

Caso a empresa SENSEVIEW Comércio Equipamentos Médicos Ltda afirme que a coluna oftalmológica ofertada atende por completo o descritivo exigido para o item no edital, é possível consultar através do link o <https://consultas.anvisa.gov.br/#/saude/25351094217200978/?numeroRegistro=80497819002>

• Manual de Instruções - Coluna - STYLE.pdf

podendo comprovar que todos os apontamentos apresentados são verdadeiros, pois o modelo style possui somente 1 bandeja, não sendo disponibilizado nem como opção a segunda bandeja, e, não possui em seu painel de controle os movimentos de subida e descida da cadeira, ou seja, as características são inferiores as exigidas, não devendo ser mantida sua classificação. Vejamos:

IMAGEM

IMAGEM

2º - Quanto a exigência da "fonte eletrônica para alimentação do oftalmoscópio e retinoscópio com seletor de tensão ajustável de aproximadamente 2,5V a 6,0" e Tomadas auxiliares

De modo "estratégico", a empresa Senseview, omite em sua proposta a seleção de voltagem da sua fonte de alimentação para o oftalmoscópio e retinoscópio, e se possui tomadas auxiliares, pois o equipamento ofertado para o certame NÃO ATENDE a exigência de "ajustável aproximadamente 2,5V a 6,0V, já que ajusta-se apenas até 4,5Volts, e possui apenas 1 tomada extra, conforme descrito no próprio manual do equipamento (página 14), registrado junto a Anvisa, vejamos:

IMAGEM
IMAGEM

Ora, o próprio edital menciona que a coluna DEVE possuir seleção de 2,5V a 6,0V necessária para que se evite a queima de lâmpadas, e as tomadas auxiliares necessárias (com a palavra no plural entenda-se que deva possuir no mínimo duas tomadas) para permitir ligação e utilização de vários equipamentos na coluna, como refrator, projetor e etc., não há assim qualquer outro argumento plausível que justifique a oferta e o aceite da seleção de voltagem inferior e com apenas 1 tomada extra, que claramente demonstra o prejuízo na aquisição, comprovando que o equipamento possui características inferiores.

Salienta-se que o Edital é, na essência, a lei interna do procedimento, com o condão de vincular as partes, Poder Público e Licitantes, a todos os seus termos, fixando as condições de sua realização, para a ampla disputa, desta forma, necessário que este seja inquestionável, pois que a Administração não poderá exigir ou decidir além ou aquém de suas cláusulas, objetivando a participação isonômica de todos os interessados.

Assim, nos ensinam os estudiosos do Direito Administrativo:

"O edital é chamado de "lei interna do procedimento licitatório", pois tanto a Administração que o elaborou quanto os licitantes se subordinam integralmente aos seus termos. (...) No entanto, a Administração é submetida a freios e contrapesos no exercício de seu poder discricionário. O uso do poder discricionário significa que o administrador público pode escolher, face à conveniência, à oportunidade e à finalidade, a opção que lhe parecer mais vantajosa dentre as legalmente existentes. Assim, na elaboração do edital, inclusive para a realização de licitação na modalidade de pregão, que se caracteriza pela celeridade, a Administração Pública deve obediência aos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência." (Tolosa Filho, Benedicto, Pregão – Uma Nova Modalidade de Licitação, Ed. Forense, p.47/48) (g. n.)

"... é o ato pelo qual a Administração Pública leva ao conhecimento público a abertura da concorrência ou tomada de preços, fixa condições de sua realização e convoca os interessados para a apresentação de suas propostas. Vincula inteiramente a Administração e os proponentes às suas cláusulas. Nada se pode exigir ou decidir além ou aquém do edital, porque é a lei interna da concorrência e da tomada de preços." (Meirelles, Hely Lopes, Licitação e contratos administrativos, São Paulo: RT, 1990, p.110)

A Lei 8666/93 coíbe a exigência de condições que prejudiquem a competição, conforme apontado no artigo 3º, parágrafo 1º, inciso I, e a manutenção do edital na forma em que se encontra viola flagrantemente o diploma legal da Lei Federal nº 8666/93.

Art. 3º ...

"§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I – admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências e distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato;"(g.n)

Imperioso ressaltar que todos os julgados da administração pública estão embasados nos princípios insculpidos no art. 3º, da Lei nº 8.666/93, conforme segue:

Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Grifo nosso).

Ressalta-se que tal disposição é corroborada pelo Disposto no art. 5º, do Decreto nº 10.024/2019:

Art. 2º. O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhe são correlatos.

Respeitosamente, não podemos concordar com a aceitação da proposta que comprovamos estar irregular com o instrumento convocatório (edital), pois este fato inviabiliza a concorrência entre os fornecedores que apresentaram proposta ofertando equipamentos devidamente compatíveis com o solicitado, o que acarreta o prejuízo ao erário, que PODE ATÉ ADQUIRIR EQUIPAMENTO COM PREÇO MAIS ACESSÍVEL, porém comprova-se que não atende as necessidades do órgão requisitante, já salienta o TCU: "Quem compra mal, compra mais de uma vez e pior, com dinheiro público".

DO PEDIDO

Face ao exposto, requeremos que seja julgado PROCEDENTE o recurso apresentado, sendo desclassificada para o item 14 a proposta da empresa SENSEVIEW Comércio Equipamentos Médicos Ltda uma vez que não ofertou equipamento que atenda às exigências do edital, conforme fatos acima citados e comprovados, atendendo os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, todos previsto no artigo 37 da Constituição Federal da República, princípios estes que atendem ao interesse público.

Nestes termos, requer-se deferimento
De Ribeirão Preto/SP para

Processo Nº:	11996/23
Rubrica:	e
Fis:	06

Nova Friburgo/RJ, 02 de maio de 2.023.

GIGANTE PRODUTOS MEDICOS LTDA
HENRIQUE FERREIRA VEZONO

Observação: O recurso possui imagens ilustrativas, devido a restrição do comprasnet que impossibilita a inclusão de imagens o documento será enviado via e-mail para melhor análise.

[Fechar](#)



AO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 09.196/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 039/2023

EXCELENTÍSSIMOS SR. PREGOEIRO MAYCO VIDEIRA SARTORIO E
MEMBROS DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO.

Gigante Produtos Medicos Ltda, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.050.321/0001-17, com sede em Ribeirão Preto/SP na Rua Martins Pena, 63 - Campos Elíseos – CEP 14080-620, através de seu representante legal, vem mui respeitosamente apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO** pelo seguinte:

DA RECONSIDERAÇÃO DO ATO

A Sumula 473 do Supremo Tribunal Federal definiu que: “*A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.*”

Em face ao determinado preliminarmente no certame, sendo incorretamente declarada vencedora a empresa **SENSEVIEW Comércio Equipamentos Médicos Ltda**, ofertando em sua proposta para o item 14 – Coluna Oftalmológica modelo STYLE – Marca APRAMED, sendo que **NÃO** atende 100% a descrição do edital, conforme comprovaremos a seguir.

Para o item 14 é exigido:

14	<p>COLUNA OFTALMOLOGICA - Fabricada em chapa metálica tratada contra corrosão e pintura eletrostática a pó, o que garante grande durabilidade e estabilidade do conjunto. Liga/desliga projetor: Liga/desliga e controle da intensidade da luz da sala/consultório, liga/desliga e controle da intensidade da luz da luminária, indicação de utilização no painel para o Oftalmoscópio e Retinoscópio, <u>Opcionais inclusos:</u> Controle dos movimentos da cadeira, carregador de bateria com duas entradas para Retinoscópio ou Oftalmoscópio portáteis, Braço pantográfico para p refrator com ajuste longitudinal, Dois braços com bandejas de apoio (uma em aço e uma revestida em fórmica), Tomadas auxiliares, Fonte eletrônica para alimentação do Oftalmoscópio e Retinoscópio com seletor de tensão ajustável de 2,5 V a 6,0 V; Especificações Elétricas: Tensão de Alimentação: 110-130V / 220-230V (reversão Automática), Frequência: 50/60 Hz; Chave geral luminosa para indicação de equipamento ligado.</p>
----	--

Vejamos o que foi ofertado para o item 14 pela empresa **SENSEVIEW Comércio Equipamentos Médicos Ltda:**

014	<p>COLUNA OFTALMOLOGICA Com 1 bandeja para Projetor. Acabamento externo em Vacuum Forming (Plástico). Braço pantográfico para refrator balanceado. Carregador de bateria para Welch Allyn – cód do cabo 71670. Estrutura interna em aço. Liga/Desliga Luz de Sala. Liga/Desliga Projetor. Luminária pantográfica plástica com regulagem de 3 intensidades. Pés reguláveis. Sem braço para lâmpada de fenda. Suporte de cabos elétricos para Retinoscópio/Oftalmoscópio. Capacidade máxima de elevação braço pantográfico: 7kg. Capacidade máxima de elevação tampo projetor móvel: 3kg. Altura máxima/mínima: 1,04cm / 80cm. Peso bruto: 70kg. Tensão de alimentação 127 / 220V. Frequência de operação 50/60 Hz. Corrente de carga 2A. Fusível rápido 20mm – 2A. Consumo de energia 30W.</p> <p>MARCA: APRAMED MODELO: STYLE ANVISA: 80497819002 PROCEDÊNCIA: NACIONAL</p>	1	8.600,00	8.600,00
-----	--	---	----------	----------

Verifica-se que na proposta apresentada o equipamento possui **somente 1 bandeja**, quando o edital deixa claro que a coluna **DEVE** possuir “Dois braços com bandejas de apoio (uma em aço e uma revestida em fórmica)”, ressalta-se ainda que na proposta apresentada não há qualquer menção que a coluna possui Controle dos movimentos da cadeira, tomadas auxiliares, e “*fonte eletrônica para alimentação do oftalmoscópio e retinoscópio com seletor de tensão ajustável de aproximadamente 2,5V a 6,0V*”.

Em rápida pesquisa ao site do fabricante APRAMED através do link https://www.apramed.com.br/v4/produtos_detalhes.php?id=186 é possível confirmar que a coluna modelo Style **NÃO** atende as exigências do edital, vejamos:

1º - Quanto a exigência das "02 (duas) bandejas" e Controle dos movimentos da cadeira



**COLUNA OFTALMOLÓGICA
STYLE**

SEM BRAÇO PARA LÂMPADA DE FENDA

ANVISA: 80497819002

ADICIONAR AO ORÇAMENTO

Caso a empresa **SENSEVIEW Comércio Equipamentos Médicos Ltda** afirme que a coluna oftalmológica ofertada atende por completo o descritivo exigido para o item no edital, é possível consultar através do link o

<https://consultas.anvisa.gov.br/#/saude/25351094217200978/?numeroRegistro=80497819002>











- Manual de Instruções - Coluna - STYLE.pdf

podendo comprovar que todos os apontamentos apresentados são verdadeiros, pois o modelo style possui somente 1 bandeja, não sendo disponibilizado nem como opção a segunda bandeja, e, não possui em seu painel de controle os movimentos de subida e descida da cadeira, ou seja, as características são inferiores as exigidas, não devendo ser mantida sua classificação. Vejamos:

3.5.5. Tabela comparativa entre os modelos da linha Style

AÇÃO	STYLE BS	STYLE LX
Bandeja para projetor móvel (01 peça)	■	■
Braço pantográfico para refrator	■	■
Braço para lâmpada de fenda	X	■
Carregador retino/oftálmico	■	■
Luminária Branca	■	■
Luminária (Pantográfica ou Led)	0	0
Suporte para lâmpada de fenda	X	■

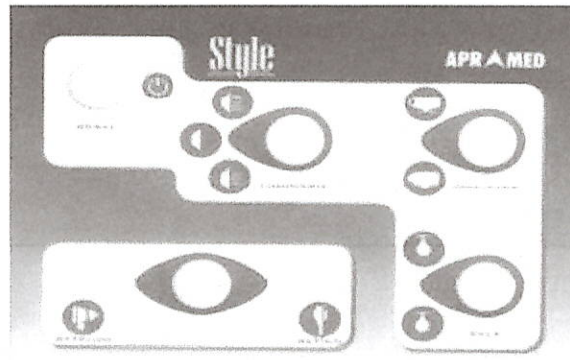
■=Série 0=Opcional X=Não aplicável

Coluna	Comando	Descrição
	Power	Liga ou desliga a coluna
	Projetor	Desliga o projetor quando ligado na tomada do painel traseiro
	Projetor	Liga o projetor quando ligado na tomada do painel traseiro
	Luz Sala	Liga a luz da sala quando ligada na tomada do painel traseiro
	Luz Sala	Desliga a luz da sala quando ligada na tomada do painel traseiro
	Retinoscópio Liga	Liga o carregamento do retinoscópio
	Oftalmoscópio Liga	Liga o carregamento do oftalmoscópio
	Luminária Desliga	Desliga a intensidade da iluminação da luminária
	Luminária 50%	50% da intensidade da iluminação da luminária
	Luminária 100%	100% da intensidade da iluminação da luminária

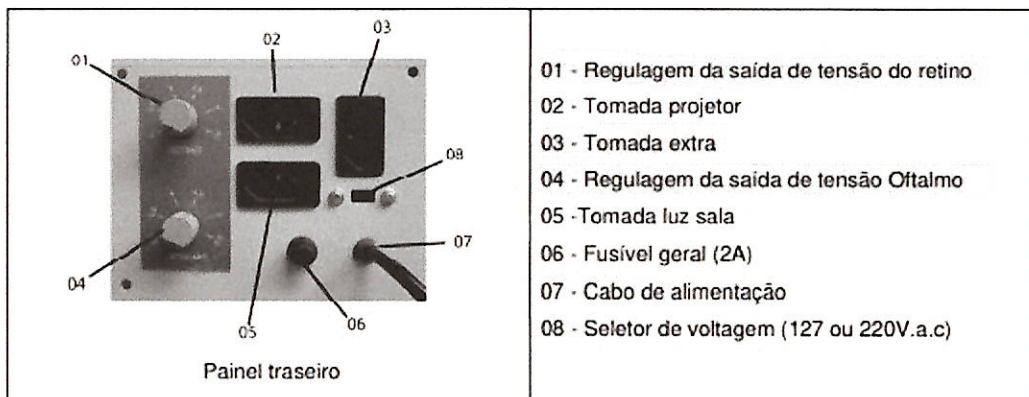
2º - Quanto a exigência da “fonte eletrônica para alimentação do oftalmoscópio e retinoscópio com seletor de tensão ajustável de aproximadamente 2,5V a 6,0” e Tomadas auxiliares

De modo “estratégico”, a empresa **Senseview**, omite em sua proposta a seleção de voltagem da sua fonte de alimentação para o oftalmoscópio e retinoscópio, e se possui tomadas auxiliares, pois o equipamento ofertado para o certame NÃO ATENDE a exigência de “ajustável aproximadamente 2,5V a 6,0V, já que ajusta-se apenas até 4,5Volts, e

possui apenas 1 tomada extra, conforme descrito no próprio manual do equipamento (página 14), registrado junto a Anvisa, vejamos:



Disposição dos comandos no painel da coluna



Ora, o próprio edital menciona que a coluna DEVE possuir seleção de 2,5V a 6,0V necessária para que se evite a queima de lâmpadas, e as tomadas auxiliares necessárias (com a palavra no plural entenda-se que deva possuir no mínimo duas tomadas) para permitir ligação e utilização de vários equipamentos na coluna, como refrator, projetor e etc., não há assim qualquer outro argumento plausível que justifique a oferta e o aceite da seleção de voltagem inferior e com apenas 1 tomada extra, que claramente demonstra o prejuízo na aquisição, comprovando que o equipamento possui características inferiores.

Salienta-se que o Edital é, na essência, a lei interna do procedimento, com o condão de vincular as partes, Poder Público e Licitantes, a todos os seus termos,

fixando as condições de sua realização, para a ampla disputa, desta forma, necessário que este seja inquestionável, pois que a Administração não poderá exigir ou decidir além ou aquém de suas cláusulas, objetivando a participação isonômica de todos os interessados.

Assim, nos ensinam os estudiosos do Direito Administrativo:

“O edital é chamado de “lei interna do procedimento licitatório”, pois tanto a Administração que o elaborou quanto os licitantes se subordinam integralmente aos seus termos. (...) No entanto, a Administração é submetida a freios e contrapesos no exercício de seu poder discricionário. O uso do poder discricionário significa que o administrador público pode escolher, face à conveniência, à oportunidade e à finalidade, a opção que lhe parecer mais vantajosa dentre as legalmente existentes. Assim, na elaboração do edital, inclusive para a realização de licitação na modalidade de pregão, que se caracteriza pela celeridade, a Administração Pública deve obediência aos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência.” (Tolosa Filho, Benedicto, Pregão – Uma Nova Modalidade de Licitação, Ed. Forense, p.47/48) (g. n.)

“... é o ato pelo qual a Administração Pública leva ao conhecimento público a abertura da concorrência ou tomada de preços, fixa condições de sua realização e convoca os interessados para a apresentação de suas propostas. Vincula inteiramente a Administração e os proponentes às suas cláusulas. Nada se pode exigir ou decidir além ou aquém do edital, porque é a lei interna da concorrência e da tomada de preços.” (Meirelles, Hely Lopes, Licitação e contratos administrativos, São Paulo: RT, 1990, p.110)

A Lei 8666/93 coíbe a exigência de condições que prejudiquem a competição, conforme apontado no artigo 3º, parágrafo 1º, inciso I, e a manutenção do edital na forma em que se encontra viola flagrantemente o diploma legal da Lei Federal nº 8666/93.

Art. 3º ...

“§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I – admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências e distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou **de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato;**”(g.n)

Imperioso ressaltar que todos os julgados da administração pública estão embasados nos princípios insculpidos no art. 3º, da Lei nº 8.666/93, conforme segue:

Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e **julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.** (Grifo nosso).

Ressalta-se que tal disposição é corroborada pelo Disposto no art. 5º, do Decreto nº 10.024/2019:

Art. 2º. O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhe são correlatos.

Respeitosamente, não podemos concordar com a aceitação da proposta que comprovamos estar irregular com o instrumento convocatório (edital), pois este fato inviabiliza a concorrência entre os fornecedores que apresentaram proposta ofertando equipamentos devidamente compatíveis com o solicitado, o que acarreta o prejuízo ao erário, que PODE ATÉ ADQUIRIR EQUIPAMENTO COM PREÇO MAIS ACESSÍVEL, porém comprova-se que não atende as necessidades do órgão requisitante, já salienta o TCU: **“Quem compra mal, compra mais de uma vez e pior, com dinheiro público”.**



DO PEDIDO

Face ao exposto, requeremos que seja julgado PROCEDENTE o recurso apresentado, sendo desclassificada para o item 14 a proposta da empresa SENSEVIEW Comércio Equipamentos Médicos Ltda uma vez que não ofertou equipamento que atenda às exigências do edital, conforme fatos acima citados e comprovados, atendendo os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, todos previsto no artigo 37 da Constituição Federal da República, princípios estes que atendem ao interesse público.

Nestes termos, requer-se deferimento

De Ribeirão Preto/SP para

Nova Friburgo/RJ, 02 de maio de 2.023.

HENRIQUE FERREIRA Assinado de forma
VEZONO:052767158 digital por HENRIQUE
40 FERREIRA
VEZONO:05276715840

GIGANTE PRODUTOS MEDICOS LTDA
HENRIQUE FERREIRA VEZONO

Observação: O recurso possui imagens ilustrativas, devido a restrição do comprasnet que impossibilita a inclusão de imagens o documento será enviado via e-mail para melhor análise.

Comissão de Pregão III

Nova Friburgo, 08 de maio de 2023.

À Secretaria Municipal de Saúde

Assunto: **Recurso Administrativo Pregão Eletrônico nº 039/2023**

Trata-se de **RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pela empresa, **GIGANTE PRODUTOS MEDICOS LTDA**, por meio de seu representante legal, com espeque no art. 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520/2002 e no Decreto n.º 1024/2019, subsidiados pela Lei n.º 8.666/93, em face de ato administrativo praticado pelo **PREGOEIRO** da Comissão de Pregão II, no Edital **Pregão Eletrônico n.º 039/2023**.

Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 017 de 05 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 06 de janeiro de 2022, que constitui a Comissão de Pregão II, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento ao recurso, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de recurso.

A empresa **GIGANTE PRODUTOS MEDICOS LTDA** apresentou recurso para o item 14 em 02/05/2023, conforme documento anexado às fls 04 à 14.

Dessa forma, encaminho o presente processo, na forma que dispõe o **item 24.5 do edital**, com as razões das recorrentes para pronunciamentos de ordem técnica junto ao





**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A
D E S A Ú D E

Nº Proc. 11996/23
Rubrica B Folha 17

DESPACHO

Trata-se de recurso interposto pela empresa Gigante Produtos Médicos Ltda. no que se refere ao item 14 (Coluna Oftalmológica) solicitado nos autos do P.A. 9196/2020.

Considerando despacho da Comissão de Pregão às fls. 15/16;

Considerando que a aceitação do item ofertado no Pregão Eletrônico 039/2023 se deu após pronunciamento da Unidade Requisitante conforme documento anexado às fls. 886 e 887 do P.A. 9196/2020.

Encaminhamos o p.p. à Subsecretaria de Atenção Básica para análise e manifestação.

Nova Friburgo, 09 de maio de 2023

Erica Ribeiro de Freitas Borges
Captação de Recursos e Planejamento em Saúde
Mat. 115268



A

Captação de Recursos-SMS

Ref: PA nº 11.996/2023- EQUIPAMENTOS MÉDICOS

Com cordiais cumprimentos, vimos por meio deste encaminhar o Processo nº 11.996/2023- EQUIPAMENTOS MÉDICOS, e informar que:

Conforme Parecer do Profissional Médico Oftalmologista Augusto H. Kassuga no dia 13 de abril de 2023 o equipamento oferecido pela empresa Senseview atende ao Termo de Referência. (cópia do documento encaminhado em anexo)

Estando à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Nova Friburgo, 25 de maio de 2023.

Patricia Soares Carvalho
Gerente de Unidades Básicas de Saúde
Matrícula 299.080

Lucimar Figueira Ribeiro
Subsecretária de Atenção Básica
Mat. 207.764



De: Subsecretaria de Atenção Básica
Lucimar Figueira Ribeiro
Para: Comissão de Pregão II

Venho por meio deste encaminhar análise dos profissionais referente aos equipamentos ofertados pelas empresas referente ao processo nº 09.196/2020 -Pregão eletrônico nº 039/2023

Item 1- BALANÇA ANTROPOMÉTRICA INFANTIL

Item 4- REANIMADOR PULMONAR MANUAL PEDIÁTRICO (AMBU)

Item 5- NEBULIZADOR PORTÁTIL

A proposta encaminhada da empresa Hospitronica Com. De Equip. Méd. Hosp. Ltda-ME atende a descrição do Termo de Referência, conforme análise da enfermeira - Subsecretária de Atenção Básica Lucimar Figueira Ribeiro.

Item 19- BISTURI ELÉTRICO (ATÉ 165W)

A proposta encaminhada da empresa CMED Distribuidora Ltda atende a descrição do Termo de Referência, conforme análise da enfermeira - Subsecretária de Atenção Básica Lucimar Figueira Ribeiro

Item 8 - CADEIRA DE RODAS PARA OBESOS

A proposta encaminhada da empresa CMED Distribuidora Ltda não atende a descrição do Termo de Referência, conforme análise da enfermeira - Subsecretária de Atenção Básica Lucimar Figueira Ribeiro, tendo em vista que a cadeira de rodas não é para banho, é para uso nas Unidades de Saúde para transporte de pacientes.

Item 9 - MICROPIPETA MULTICANAL

A proposta encaminhada da empresa Polovei Comércio de Equipamentos Ltda atende a descrição do Termo de Referência, conforme análise da Bióloga Fátima Cristina Andrade.

Item 11- RETINOSCÓPIO

A proposta encaminhada da empresa Hosplife Ltda atende a descrição do Termo de Referência, conforme análise do Profissional Médico Oftalmologista Augusto Kassuga.

12- CADEIRA OFTALMOLOGICA

A proposta encaminhada da empresa Senseview Comércio de Equipamentos Médicos Ltda atende a descrição do Termo de Referência, conforme análise do Profissional Médico Oftalmologista Augusto H. Kassuga.

13- OFTALMOSCÓPIO BINOCULAR INDIRETO

A proposta encaminhada da empresa Rcore Insumos Médicos Ltda atende a descrição do Termo de Referência, conforme análise do Profissional Médico Oftalmologista Augusto H. Kassuga.

14- COLUNA OFTALMOLOGICA

A proposta encaminhada da empresa Senseview Comércio de Equipamentos Médicos Ltda atende a descrição do Termo de Referência, conforme análise do Profissional Médico Oftalmologista Augusto H. Kassuga.

15- TONOMETRO

A proposta encaminhada da empresa Hosplife Ltda atende a descrição do Termo de Referência, conforme análise do Profissional Médico Oftalmologista Augusto H. Kassuga.

16- LÂMPADA DE FENDA

A proposta encaminhada da empresa Andes Comercial Ltda atende a descrição do Termo de Referência, conforme análise do Profissional Médico Oftalmologista Augusto H. Kassuga.

17- CADEIRA OTORRINO LÓGICA

A proposta encaminhada da empresa Senseview Comércio de Equipamentos Médicos Ltda não atende a descrição do Termo de Referência, conforme análise do Profissional Médico Otorrinolaringologista Carlos G. Tassara, tendo em vista que a empresa não informa em sua proposta "movimento (elétrico) lateral de 90°" que consta no Termo de Referência.

Item 3- CARDIOVERSOR

A proposta encaminhada da empresa Brasil Devices Equipamentos Hospitalares Eireli atende a descrição do Termo de Referência, conforme análise do Profissional Médico Cardiologista Luis Alexandre R. dos Santos.

Item 6- DEA- DESFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO

A proposta encaminhada da empresa Londrihosp Imp. e Exp. de Prod. Médicos Hospitalares -Eireli atende a descrição do Termo de Referência, conforme análise do Profissional Médico Cardiologista Luis Alexandre R. dos Santos.


Item 7- MONITOR MULTIPARÂMETROS

A proposta encaminhada da empresa Rcore Insumos Médicos Ltda atende a descrição do Termo de Referência, conforme análise do Profissional Médico Cardiologista Luis Alexandre R. dos Santos

Item 23- CRIOCAUTÉRIO

A proposta encaminhada da empresa CMED Distribuidora Ltda não atende a descrição do Termo de Referência, conforme análise do Profissional Médico Dermatologista José Henrique Bom, tendo em vista que consta no Termo de Referência "Suporte com Rodízios".

Nova Friburgo, 13 de abril de 2023.


Patricia Soares Carvalho
Gerente de Unidades Básicas de Saúde
Matrícula 299.080


Lucimar Figueira Ribeiro
Subsecretária de Atenção Básica
Matrícula 207.764





MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO

Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

Nova Friburgo - RJ

Vol. Proc. 11996/23
Folha 21

Relatório de Comprovante de Envio de Atividades

ORIGEM

Remessa Nº 365.303

Participante COORDENACAO DE CAPITACAO DE RECURSOS

Responsável ERICA RIBEIRO DE FREITAS BORGES

Data e Hora 29/05/2023 10:03:20

Nova Friburgo, 29 de maio de 2023

ERICA RIBEIRO DE FREITAS BORGES
COORDENACAO DE CAPITACAO DE RECURSOS

PROTOCOLO

Protocolo: Processo Requerimento Nº 009196/2020

Origem: SECRETARIA DE SAUDE

Contato: SECRETARIA DE SAUDE

Protocolador: SECRETARIA DE SAUDE

Assunto: REQUISICÃO DE COMPRAS/SERVIÇOS

Detalhamento: Aquisição de Equipamento para Policlínica Syvio Henrique Braune

Protocolo: Processo Requerimento Nº 011996/2023

Origem: GIGANTE PRODUTOS MEDICOS LTDA

Contato: GIGANTE PRODUTOS MEDICOS LTDA

Protocolador: YURI BORHER MOREIRA DE SOUZA

Assunto: RECURSO

Detalhamento: RECURSO

Protocolo: Processo Requerimento Nº 011997/2023

Origem: BRASIL DEVICES E. HOSPITALRES

Contato: BRASIL DEVICES E. HOSPITALRES

Protocolador: YURI BORHER MOREIRA DE SOUZA

Assunto: RECURSO

Detalhamento: RECURSO

ENCAMINHAMENTO

P.A. 9196/2020 - 9 volumes + Recursos: 11996/2023 e 11997/2023
À Comissão de Pregão
Encaminho os autos para prosseguimento após manifestação da Unidade Requisitante.

P.A. 9196/2020 - 9 volumes + Recursos: 11996/2023 e 11997/2023
À Comissão de Pregão
Encaminho os autos para prosseguimento após manifestação da Unidade Requisitante.

P.A. 9196/2020 - 9 volumes + Recursos: 11996/2023 e 11997/2023
À Comissão de Pregão
Encaminho os autos para prosseguimento após manifestação da Unidade Requisitante.

RECEBIMENTO

Para Providências

Favor tomar as devidas providências conforme solicitado.

_____/_____/_____

587 - APOIO / SECRETARIA MUNICIPAL

RECEBIMENTO

Para Providências

Favor tomar as devidas providências conforme solicitado.

_____/_____/_____

587 - APOIO / SECRETARIA MUNICIPAL

RECEBIMENTO

Para Providências

Favor tomar as devidas providências conforme solicitado.

_____/_____/_____

587 - APOIO / SECRETARIA MUNICIPAL

Comissão de Pregão II

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2023

Processo Licitatório nº: 9.996/2020

Processo de Recurso nº: 11.996/2023

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2023

OBJETO: Aquisição de Equipamentos Médicos para a Subsecretaria de Atenção Básica.

RECORRENTE: GIGANTE PRODUTOS MEDICOS LTDA

RECORRIDO: PREGOEIRO

Trata-se de RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pela empresa, GIGANTE PRODUTOS MEDICOS LTDA, por meio de seu representante legal, com espeque no art. 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520/2002 e no Decreto n.º 1024/2019, subsidiados pela Lei n.º 8.666/93, em face de ato administrativo praticado pelo PREGOEIRO da Comissão de Pregão II, no Edital Pregão Eletrônico n.º 039/2023.

Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 017 de 05 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 06 de janeiro de 2022, que constitui a Comissão de Pregão II, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

I. DAS PRELIMINARES

Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento ao recurso, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de recurso.

Comissão de Pregão II

II. DOS FATOS

Conforme dados disponibilizados na Ata de Realização do Pregão Eletrônico - Licitação nº 039/2023, processo apenso de Recurso nº 11.996/2023 e documentos acostados ao processo instrutivo, verifica-se que:

Às 10:00 horas do dia 30 de março de 2023, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e o respectivo membro da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal Portaria 017 de 06/01/2022, em atendimento às disposições contidas na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo nº 17.278/2022, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão nº 229/2022. Modo de disputa: Aberto/Fechado. Objeto: Aquisição de Equipamentos Médicos para a Subsecretaria de Atenção Básica. O Pregoeiro abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

Às 15:28:58 do dia 26/04/2023 foi aberto o prazo para que qualquer licitante manifestasse, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, conforme consta no Edital do PE nº 039/2023;

Foi registrada uma intenção de recurso, a qual foi aceita pelo pregoeiro, que solicitou a apresentação de motivos, fundamentação e provas para as alegações apresentadas;

III. DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

Alega a RECORRENTE, em síntese, que:

- a) " Verifica-se que na proposta apresentada o equipamento possui somente 1 bandeja, quando o edital deixa claro que a coluna DEVE possuir "Dois braços com bandejas de apoio (uma em aço e uma revestida em fórmica)", ressalta-se ainda que na proposta apresentada não há qualquer menção que a coluna possui Controle dos movimentos da cadeira, tomadas auxiliares, e "fonte eletrônica



Comissão de Pregão II

para alimentação do oftalmoscópio e retinoscópio com seletor de tensão ajustável de aproximadamente 2,5V a 6,0V”.

- b) 2º - Quanto a exigência da “fonte eletrônica para alimentação do oftalmoscópio e retinoscópio com seletor de tensão ajustável de aproximadamente 2,5V a 6,0” e Tomadas auxiliares De modo “estratégico”, a empresa Senseview, omite em sua proposta a seleção de voltagem da sua fonte de alimentação para o oftalmoscópio e retinoscópio, e se possui tomadas auxiliares, pois o equipamento ofertado para o certame NÃO ATENDE a exigência de “ajustável aproximadamente 2,5V a 6,0V, já que ajusta-se apenas até 4,5Volts, e possui apenas 1 tomada extra, conforme descrito no próprio manual do equipamento”
- c) “o próprio edital menciona que a coluna DEVE possuir seleção de 2,5V a 6,0V necessária para que se evite a queima de lâmpadas, e as tomadas auxiliares necessárias (com a palavra no plural entenda-se que deva possuir no mínimo duas tomadas) para permitir ligação e utilização de vários equipamentos na coluna, como refrator, projetor e etc., não há assim qualquer outro argumento plausível que justifique a oferta e o aceite da seleção de voltagem inferior e com apenas 1 tomada extra, que claramente demonstra o prejuízo na aquisição, comprovando que o equipamento possui características inferiores”

III. DOS PEDIDOS DA RECORRENTE

Requer a RECORRENTE:

- a) “Face ao exposto, requeremos que seja julgado PROCEDENTE o recurso apresentado, sendo desclassificada para o item 14 a proposta da empresa SENSEVIEW Comércio Equipamentos Médicos Ltda uma vez que não ofertou equipamento que atenda às exigências do edital, conforme fatos acima citados e comprovados, atendendo os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, todos previsto no



Comissão de Pregão II

artigo 37 da Constituição Federal da República, princípios estes que atendem ao interesse público."

III. DAS ALEGAÇÕES EM SEDE DE CONTRARRAZÕES

A empresa SENSEVIEW COMÉRCIO EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA não apresentou contrarrazão.

IV. DA ANÁLISE

Imperioso ressaltar que todos os julgados da administração pública estão embasados nos princípios insculpidos no art. 3º da Lei nº 8.666/93, conforme segue:

"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."

Ressalte-se que tal disposição é corroborada pelo disposto no Decreto 10.024/2019:

"Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos."

Comissão de Pregão II

Dito isso, passa-se a análise do mérito do recurso interposto pela empresa **GIGANTE PRODUTOS MEDICOS LTDA**.

Inicialmente cumpre destacar que este pregoeiro, na fase de julgamento, encaminhou as propostas inicialmente declaradas vencedoras para que fosse realizada análise técnica do setor competente, de forma a assegurar que todos os itens ofertados atendessem integralmente à especificação técnica disposta em edital.

Dessa forma, a análise técnica foi realizada e o setor técnico afirmou que o equipamento referente ao ITEM 14 atende ao descrito em edital.

Após a fase recursal, o aparelho ofertado pela empresa **SENSEVIEW COMÉRCIO EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA** foi submetido à nova análise técnica, na qual foi ratificado o atendimento integral às exigências fixadas em edital.

Dessa forma, por se tratar de questões inteiramente técnicas, que demandam uma averiguação especializada, este pregoeiro baseou sua decisão no parecer do responsável técnico da secretaria de saúde, conforme acostado aos autos.

V. DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso VII, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso VII, do Decreto Municipal n.º 599/2020, sem nada mais evocar, **CONHEÇO** do Recurso Administrativo interposto pela empresa **GIGANTE PRODUTOS MEDICOS LTDA** no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 039/2023, e no mérito, **NEGO PROVIMENTO**, e opto pela **MANUTENÇÃO** do julgamento anteriormente proferido, **HABILITANDO** a empresa **SENSEVIEW COMÉRCIO EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA**, no Pregão em comento.

Por todo o exposto, encaminho o presente processo ao Ordenador de Despesas da Secretaria Municipal de Saúde, para decisão final acerca do presente recurso administrativo.



SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

RUBRICA: 11 FOLHA: 22

Informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em <http://www.comprasnet.gov.br>.

Nova Friburgo, 29 de maio de 2023.

MAYCO VIDEIRA SARTORIO:
10325094730

Mayco Videira Sartório
Pregoeiro Substituto – Comissão de Pregão II
Matricula: 105.916